

Em busca do tempo perdido^{6 ducação}

CORREIO BRAZILIENSE

*4 ABR 1991

Jota Alcides

“Sem educação, não há solução”. Seria este, possivelmente, o alerta do admirável Rui Barbosa aos dirigentes e líderes do Brasil de hoje, envolvido agora na discussão de um Projeto de Reconstrução Nacional, com objetivos básicos de garantir estabilidade econômica e acabar com a miséria no País. Ao Brasil do início do século, Rui deixou uma lição duradoura que pode ser assim resumida: decisões políticas, leis e todos os melhoramentos são ineficazes e incapazes de gerar e determinar a grandeza econômica de um país, “se não partirem da educação, a mais criadora de todas as forças econômicas e a mais fecunda de todas as medidas financeiras”.

No caso do Brasil, então, isso merecia ser adotado como dogma. Continental, com quase 150 milhões de habitantes, sendo 60 milhões de crianças e adolescentes, o Brasil é um país extremamente complexo, de contrastes e contradições, com centros industrializados e áreas africanamente pobres. Mais de 50 milhões sem moradia, 60 milhões não têm esgotos, 15 milhões não contam com água tratada, 30 milhões de analfabetos e semi-analfabetos e 30 milhões de crianças carentes. Enquanto os dez por cento mais ricos controlam 53 por cento da renda nacional, os dez por cento mais pobres ficam apenas com 0,6 por cento dessa renda. Poucos privilegiados e milhões subprivilegiados. É problema demais. O Brasil perdeu, até agora, muitíssimo tempo com programas e pacotes emergenciais e sem planos consistentes de desenvolvimento com justiça social. Após anos perdidos, a galbraithiana era de incertezas.

“Impõe-se mais sentido de futuro e de compromisso com o destino do País”, como quer o presidente Fernando Collor, justificando o Projeto de Reconstrução Nacional e reconhecendo que somente o conjunto da

sociedade pode realizar as transformações desejadas. Entretanto, é impossível imaginar essa possibilidade sem o esforço prioritário de desenvolvimento educacional, cujos efeitos sobre a sociedade e sobre a mobilidade social são indiscutíveis. Desde a República de Platão.

É preciso conferir e aceitar indicadores e evidências, nesse sentido, da sociologia e de outras ciências sociais. Antes da Revolução Industrial e da sociedade de consumo, o progresso era uma questão de enorme interesse público. Depois, e nos tempos atuais mais ainda, o progresso tornou-se um anseio particular, teorizado como “soma abstrata de avanços na felicidade individual”. E, nas relações sociais, poder, status, prestígio, oportunidade, estilo de vida, padrão de consumo, lazer e ocupações profissionais estão intimamente vinculados a valores de educação e cultura.

Ora, milhões de brasileiros, sem acesso à educação, vivem em situação discriminatória e, pior, absolutamente sem consciência dos seus direitos. Muitos, além de submissos e discriminados, ainda têm suas vidas cotidianas pressionadas por costumes e valores da sociedade feudal e outros tantos dependem da sorte e de eventual assistencialismo político oportunista e demagógico. São milhões de brasileiros em precária condição social, passivos, à margem da educação, expostos à vulnerabilidade e às opressões geradas no interior da estratificação social.

Está na educação democratizada a solidez dos alicerces da reconstrução nacional. Somente com educação integral e eficiente, esses milhões de brasileiros deflagrarão a necessária reflexão de cidadania, sua capacidade de agir e influir na reforma social e no progresso em favor de todos, tornando-se ativos no esforço coletivo de desenvolvimento político, econômico e social. Somente assim o Brasil poderá recuperar, proustianamente, o tempo perdido.